

Uberização: precarização do trabalho e ação política dos trabalhadores no Brasil de 2020

Flávia Manuella Uchôa-de-Oliveira¹

Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ, Brasil)

Juliano Almeida Bastos²

Universidade de Pernambuco (Garanhuns, PE, Brasil)

Este artigo tem por objetivo geral debater o que é trabalhar no Brasil de 2020, a partir do processo de precarização em sua versão mais atualizada: a uberização. Em específico, nosso objetivo é discutir as estratégias e reinvenções desenvolvidas por uma categoria de trabalhadores uberizados para minimizar ou conter o avanço da precarização. Seguindo a tradição teórico-metodológica da psicologia social do trabalho, conduzimos uma análise temática a partir do perfil oficial do movimento dos Entregadores Antifascistas na rede social Instagram. O material para análise compreende postagens, entrevistas e reportagens em formato escrito e audiovisual, de acesso público. Nossa análise é apresentada a partir de três temas que emergem como fundamentais para o debate proposto: a precarização e seu aprofundamento na pandemia; o empreendedorismo funcionando para a precarização do trabalho; e o encontro da política com o trabalho dos entregadores. Concluimos que acompanhar a emergência e o desenvolvimento de movimentos de trabalhadores no enfrentamento à uberização nos mundos do trabalho permite identificar e compreender as implicações psicossociais dessas novas modalidades de organização do trabalho.

Palavras-chave: Uberização, Precarização, Empreendedorização, Ação política, Psicologia social do trabalho.

Uberisation: precarisation of work and political action of workers in 2020 Brazil

This study aims to discuss the uberization of work as a more up-to-date version of the precarization of work. It also aims to show and debate the strategies and tactics which uberized workers developed to minimize its consequences and prevent the increase of precarious and insecure jobs. Following the theoretical-methodological perspective of the Latin American social psychology of work, we conducted a thematic analysis using documents from the official Instagram account of the movement of “Anti-Fascist Couriers.” Publicly accessible written and audiovisual documents – such as photos, interviews, documentaries, and magazine and newspaper articles – compose our dataset. We show our analysis considering three main themes: the increase of precarious conditions at work after the outbreak of the COVID-19 pandemic; how entrepreneurialism enlarge precarious conditions at work; and delivery workers’ political action. We conclude that monitoring the emergence and development of workers’ movements in the fight against uberization in the world of work enabled us to identify and understand the psychosocial implications of these new forms of work organization.

Keywords: Uberization, Precarious work, Entrepreneurialisation, Political action, Social psychology of work.

1 <https://orcid.org/0000-0002-6847-8436>

2 <https://orcid.org/0000-0002-8905-0543>

Introdução

Neste artigo nosso objetivo é discutir o movimento dialético entre a reorganização do trabalho trazida pelo processo de uberização e a organização informal e descentralizada dos trabalhadores uberizados, que buscam melhorias em suas condições de trabalho. Intentamos debater o que é trabalhar no Brasil de 2020, a partir do processo de precarização em sua versão mais atualizada: a uberização. Ao mesmo tempo, buscamos compreender as estratégias e as reinvenções desenvolvidas pelos trabalhadores uberizados para minimizar ou conter o avanço desse processo de precarização.

Nosso argumento é o de que o processo de precarização se aprofunda e se intensifica na uberização, aprofundamento e intensificação que fazem emergir movimentos organizados dos trabalhadores para reivindicar melhores condições de trabalho. Tal argumento pode ser exemplificado na afirmação da socióloga Ludmila Abílio – pesquisadora pioneira nos estudos sobre uberização em nosso país – em entrevista ao jornal *Nexo* em junho de 2020: “Toda nova forma de dominação traz novas formas de resistência”, destaca a socióloga ao jornalista Camilo Rocha (2020). Para pensar essa dialética, elegemos o movimento de trabalhadores uberizados Entregadores Antifascistas como principal referência. Justificamos isso pelo protagonismo das reivindicações feitas pelo movimento durante o ano de 2020. Esses trabalhadores organizados fizeram com que as condições e processos de trabalho a que estavam submetidos, assim como as formas de resistência que têm desenvolvido, alcançassem repercussão nacional e internacional.

Cabe ressaltar desde agora que nossas escolhas e as análises aqui apresentadas situam-se no campo da psicologia social do trabalho (PST). Nessa perspectiva, a Psicologia Social é colocada em tensão com outras áreas do conhecimento – por exemplo, a Sociologia, a Historiografia, a Economia e o Direito – para pensar o fenômeno social trabalho. Trata-se de uma perspectiva crítica que tem por alicerce a construção dos saberes junto aos trabalhadores, em uma busca por estabelecer pontes entre a investigação e a intervenção, não sendo possível separar por completo essas duas dimensões (Coutinho et al., 2018). O que nos importa, como psicólogos sociais do trabalho, é a construção de formas de enfrentamento de problemas vivenciados e percebidos pelos trabalhadores, situando-os para além do ambiente e da atividade de trabalho e colocando-os efetivamente em um debate público (Bastos, 2019).

Metodologia

Seguindo a tradição metodológica da PST e tendo em vista nossos objetivos, buscamos nos acerrar de materiais que retratassem as práticas cotidianas dos trabalhadores representativas do Movimento dos Entregadores Antifascistas. Uma das formas de expressão e de articulação coletiva mais utilizadas por esses trabalhadores tem sido o uso das redes sociais. Assim, nosso material para análise compreende entrevistas e reportagens em formato escrito e, sobretudo, audiovisual, de acesso público, disponíveis no perfil identificado como oficial desse movimento na rede social Instagram.

A identificação da legitimidade desse perfil foi possível a partir da indicação do líder do movimento, Paulo Roberto da Silva Lima, em entrevista concedida à equipe do laboratório³ do qual os autores deste artigo são membros, no dia 25 de junho de 2020. Para a definição do perfil no Instagram como fonte de informação para as análises que compõem este estudo, duas condições foram verificadas: credibilidade e representatividade. A credibilidade foi atestada pela legitimação já indicada e, posteriormente, pelo conteúdo postado, no qual as pautas dos trabalhadores são continuamente apresentadas. Quanto à representatividade foram consideradas a quantidade de

3 Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Movimentos Sociais e Políticas Sociais (TraMPoS) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP.

seguidores (39,9 mil em 15 de outubro 2020) e, ainda, o volume de circulação das informações a partir da quantidade de interações nas postagens. Por meio da rede social desse movimento, foi possível mapear as ações e pautas discutidas pelo grupo de trabalhadores.

Tomando esses critérios como referência inicial, foram selecionados 138 materiais entre postagens, conversas ao vivo, minidocumentários e entrevistas, publicados entre março e setembro de 2020. Ainda, compõem o material analisado as reportagens que primeiramente dedicaram atenção ao Movimento, cujas matérias repercutiram nacionalmente e ajudaram a difundir as ideias desse coletivo. A partir desse material conduzimos um processo investigativo que assumiu as características de uma análise temática, seguindo as fases de familiarização, categorização inicial, busca por temas, revisão dos temas, definição e nomeação dos temas e produção do texto de análise (Braun & Clarke, 2008).

Precarização: institucionalização e generalização do precário

No Brasil, temos estabelecida uma vasta gama de pesquisas sobre precarização ao longo dos últimos 30 anos. Dentre essas pesquisas, reconhecemos a importância do que vem sendo desenvolvido no projeto *Trabalho, flexibilização e precarização: (re)construindo conceitos à luz de estudos empíricos*, iniciado em 2003, coordenado pela professora Graça Druck, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Neste artigo, tomamos essas pesquisas e esse projeto como fundamentos de nossa compreensão sobre o tema.

Como ponto de partida é necessário que façamos um recorte histórico. Tendo em vista que esse recorte já foi amplamente debatido em diversas disciplinas e por inúmeros autores, não é nossa pretensão nos demorarmos em sua explicação, mas apresentarmos nossa leitura.

Nosso interesse está posto no que se desfaz e se reorganiza nos mundos do trabalho dentro daquilo que costumamos chamar de “reestruturação da produção e do trabalho”, efetivada a partir da década de 1970 (Antunes, 1999). A sociologia do trabalho nos mostra que, para a crise do modelo de acumulação fordista, o receituário prescrito foi o neoliberal (Antunes, 1999). A gestão política neoliberal reestruturou o modelo de acumulação capitalista pondo em movimento três processos que se relacionam intimamente: 1) a lei do livre mercado, em que a liberdade e a racionalidade das trocas econômicas tornam-se inexoráveis; 2) a privatização como a abertura de espaço para atuação desse livre mercado; e 3) a desregulação do emprego como noção organizadora do trabalho, tornando o trabalhador um “agente livre” para atuar no mercado (Davies, 2014).

Esse terceiro processo, especialmente, é o que mais nos interessa nesta discussão. Um dos elementos indicados como parte do quadro crítico da crise dos anos 70 é a diminuição da taxa de lucratividade pelo “aumento do preço da força de trabalho”, conquistado “pela intensificação das lutas sociais” da década de 1960 (Antunes, 1999, p. 31). Dessa maneira, desregular o emprego passa a ser fundamentalmente baratear a força de trabalho. A partir do final da década de 70, o neoliberalismo ganha força política e o discurso de que os agentes são vistos como iguais e livres nas trocas econômicas passa a funcionar *pari passu* com esse barateamento da força de trabalho. Na perspectiva neoliberal, a relação de emprego nos moldes fordistas, protegida e regulada, é demasiado custosa e a única alternativa está justamente na sua desregulação e desproteção.

Isso significou e ainda significa uma profunda transformação da organização do trabalho e da nossa sociedade. Trata-se de um aspecto incontornável para a compreensão do que nos atinge no presente. A noção fordista do emprego como regulador de uma determinada cidadania e como modo de acesso a um estado de bem-estar social mais ou menos estabelecido – que, vale ressaltar, correspondia também a determinadas expressões políticas – foi retirada do horizonte. No Sul global, se o emprego não se tornou a realidade do trabalho, chegou a ser um ponto de referência para administrar a classe trabalhadora (Uchôa-de-Oliveira, 2020b).

No entanto, é nessa reestruturação da produção e do trabalho que vivemos o alvoroço da “empreendedorização das sociedades”, de norte a sul, como uma tendência global nos mundos do trabalho. Pela retirada do emprego como forma (ou referência) de organização do trabalho para a maioria dos trabalhadores, passou-se a ser requerido de todos os atores sociais que nutrissem um “espírito empreendedor” e desenvolvessem “habilidades empreendedoras”. “Seja seu próprio patrão” e “faça você mesmo seu próprio negócio” tornaram-se mais que manchetes em revistas populares; tornaram-se novas formas de organizar a multidão de trabalhadores que não encontram emprego. Entender esse alvoroço do empreendedorismo como um dispositivo neoliberal para organizar a força de trabalho torna-se essencial para que se compreenda a precarização do trabalho, seu aprofundamento e intensificação ao longo dos últimos 30 anos (Uchôa-de-Oliveira, 2020b).

A precarização do trabalho pode ser compreendida como um “processo social” que se constitui na generalização e institucionalização da instabilidade e da insegurança psicossocial. É generalizado pois corresponde a uma transformação profunda nos modos de trabalhar, que atinge a classe trabalhadora em sua totalidade. É, também, institucionalizado, já que se efetiva por meio da desregulação da legislação trabalhista e previdenciária (Thébaud-Mony & Druck, 2007). Em outras palavras, a precarização é “um processo que atinge a todos os trabalhadores, independentemente de seu estatuto, e que tem levado à crescente degradação das condições de trabalho, da saúde (e da vida) dos trabalhadores e da vitalidade sindical” (Thébaud-Mony & Druck, 2007, p. 30).

Thébaud-Mony e Druck (2007) indicam que o processo de precarização é derivado de um outro, o processo de flexibilização. A organização do trabalho após a reestruturação produtiva passa a ser baseada hegemonicamente no sistema Toyota. O trabalho passa a ser ligado à demanda, seguindo o princípio *just-in-time*; as jornadas de trabalho tornam-se móveis e, por isso, também os salários tornam-se variáveis. A flexibilização se alastra e persiste em todos os níveis da organização da produção e do trabalho. Um exemplo recente dessa persistência é o trabalho intermitente instituído pela reforma nacional trabalhista de 2017, no qual o contrato de trabalho prevê a prestação de serviços (com subordinação) “ocorrendo com alternância de períodos” de atividade e de inatividade, que pode ser “determinado em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade de empregado e do empregador” (Lei nº 13.467, 2017).

Para além desse exemplo pontual, os sentidos de instabilidade, incerteza, insegurança, imprevisibilidade, adaptabilidade e riscos, atrelados à flexibilização e tendo como produto a precarização, podem ser observados na terceirização (Thébaud-Mony & Druck, 2007). Igualmente, podem ser observados como parte essencial dos requisitos para a já mencionada “empreendedorização da sociedade”. A formação de uma força de trabalho regida pelo dispositivo do empreendedorismo equivale à formação de indivíduos que estejam constantemente disponíveis e expostos ao risco, ao imprevisível e ao inseguro. Por isso, é possível afirmarmos que o empreendedorismo faz funcionar as várias formas precarizadas de trabalho (Uchôa-de-Oliveira, 2020b).

É nessa articulação funcional entre empreendedorismo e precarização que situamos a uberização, como argumentamos nas linhas a seguir.

Uberização: atualização e aprofundamento da precarização

O termo uberização conduz nosso pensamento diretamente à Uber. Trata-se de uma empresa de tecnologia, uma multinacional de origem americana, que chegou ao Brasil em meados de 2014 e iniciou suas operações de transporte particular na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Logo em seguida, estabeleceu-se também na cidade de São Paulo (SP). Ao longo de 2015, intensos protestos de taxistas dificultaram o completo funcionamento do serviço, que chegou a ser suspenso na capital paulista por um breve período de tempo. Passados cinco anos, os intensos protestos foram contornados

pela inclusão na plataforma daqueles que um dia protestaram contra ela. Desde julho de 2020, os taxistas da cidade de São Paulo, credenciados na prefeitura, podem baixar o aplicativo e iniciar o seu trabalho pela Uber (Ribeiro, 2020).

Certamente, o impacto e a polêmica gerados pela chegada dessa “empresa-aplicativo” (Abílio, 2020) marcaram o que pode ser considerada a atualização de profundas transformações nos mundos do trabalho em nosso país e ao redor do globo. Porém, o termo uberização vai além da plataforma Uber. Na última década, a ampliação do consumo e do trabalho mediados por plataformas digitais tornou-se aspecto central para os estudos do trabalho, o que inclui diversas formas de apreensão e compreensão do tema: do uso da lógica do jogo (*gamification*) para o engajamento dos trabalhadores à criação de cooperativas e de coletivos organizados de trabalhadores que buscam subverter a superexploração do trabalho plataformizado, passando pelo estudo de outros fenômenos – como o uso de dados e de *machine learning* no controle do trabalho e do consumo –, pelo rentismo e vigilância na forma mais atual do capitalismo, pela economia do compartilhamento e pelo *crowdsourcing*, entre outros (Grohmann & Qiu, 2020). A formação recente desse campo nos estudos do trabalho demonstra sua complexidade e sua atualidade.

Dentre as várias expressões e explicações produzidas nesse campo, como a apresentada por Tom Slee (2019), que se constitui importante referência no tema, escolhemos a utilização do termo uberização pelo reforço daquilo que foi estabelecido na perspectiva brasileira e latino-americana. Serve-nos de referência, por exemplo, a publicação *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*, lançada em setembro de 2020, fruto de um projeto de cooperação entre o Ministério Público do Trabalho da 15ª Região e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Seguimos, especialmente, a perspectiva da socióloga Ludmila Costhek Abílio, a primeira pesquisadora a falar sobre a temática em nosso país e a indicar a centralidade da uberização na compreensão do que é trabalhar hoje. Seguindo a produção da socióloga (Abílio, 2020), definimos a uberização como a administração de velhas formas de trabalhar, postas por fora da noção de emprego, com as novíssimas formas de controle do trabalho a partir das tecnologias digitais e de informação. Por exemplo, o trabalho doméstico feito por diaristas em nosso país já estava estabelecido como por demanda e posto no mercado informal. O que plataformas como Parafuzo e Get Ninjas trazem de novidade é a administração de um serviço que, antes, era prestado pelas trabalhadoras por meio da rede de indicações de seus clientes. Agora, o trabalho das diaristas e a indicação “boca a boca” passam a ser regulados pela transação e pela avaliação via plataformas.

Tomemos o trabalho dos motoboys como outro exemplo da articulação entre o novo e o velho na uberização. A atividade de entrega com motocicletas emerge nos grandes centros urbanos brasileiros na década de 1980, como forma de trabalho possível diante do desemprego estrutural, em grande medida, fruto de uma pós-reestruturação produtiva (Castro, 2010; Moraes, 2008). De acordo com Silva (2009), desde muito os motoboys transitam nas “fronteiras fluidas e cambiantes da nova economia urbana” (p. 32) e estão sujeitos a condições instáveis e inseguras de trabalho. Nesse sentido, os motoboys são um exemplo da “polimorfia do trabalho urbano” (Sato, 2017) em nosso país, em que uma multidão de trabalhadores percorre as áreas centrais e periféricas do trabalho na busca por “se virar” e criar sustento.

Pouco mais de 30 anos depois do estabelecimento desse tipo de atividade, a partir da imagem do empreendedor de si mesmo e das novíssimas tecnologias digitais e de informação, as plataformas passam a administrar os motoboys, uma categoria que, assim como o exemplo das diaristas, já estava colocada em grande parte na informalidade. Uma categoria que já se mostrava “flexível” e disponível para o risco de transitar nas margens da economia urbana. A uberização, nesse sentido, passa a ser uma forma de gerir um exército de reserva de trabalhadores, “empreendedorizados” e precarizados, estabelecido de antemão.

A uberização se torna, ainda, uma forma de produzir um “valor dual” extraído desse exército de reserva (van Doorn & Badger, 2020). Extrai-se um valor monetário de cada transação entre

os chamados “prestadores de serviço” e “consumidores”; e um valor “potencial” ou “especulativo” dos dados e informações registrados dessas transações. Além da extração desse valor dual, há o repasse de todos os custos operacionais do trabalho para os trabalhadores, sob a justificativa de que as plataformas são apenas mediadoras dessas transações. Desde o acesso à internet para o uso do aplicativo até a manutenção de motos, bicicletas e carros, todos os custos de trabalhar são repassados ao trabalhador.

Assim, na uberização, a articulação entre o velho e o novo funciona em um processo de retroalimentação: uma multidão de trabalhadoras e trabalhadores, já precarizada e barateada, informa sobre as possibilidades de abertura de mercados e serviços que serão novas fontes para especulação financeira e para superexploração do trabalho. O que era residual em um passado não tão distante passa a ser central no presente para a renovação da acumulação capitalista.

Para além de demonstrar essa articulação entre o velho e o novo, a categoria dos motoboys é das mais representativas para pensar a centralidade do trabalho por plataformas em nosso país atualmente. Especula-se que mais de quatro milhões de trabalhadores do serviço de entrega utilizem das plataformas Uber, Rappi, 99 e iFood, número que parece ter crescido exponencialmente durante 2020, no curso da pandemia da covid-19 (Uchôa-de-Oliveira, 2020a). Pesquisas recentes buscaram inferir quem são esses trabalhadores e quais suas condições de trabalho antes e depois dos impactos da pandemia.

Dos dados é possível apreender que se trata de uma maioria de homens, jovens adultos, pardos e pretos em jornadas de trabalho que passam das dez horas diárias, em ao menos seis dias na semana, com rendimentos variáveis entre R\$ 130,00 e R\$ 520,00 por semana (Abílio et al., 2020). Os verbos especular, inferir e apreender são aqui utilizados deliberadamente para indicar o apagão de dados promovido por essas empresas-aplicativo. Atualmente, elas não são obrigadas a apresentar nenhuma informação sobre seus “prestadores de serviço”, nem sobre o que fazem com as informações extraídas de cada transação realizada por eles.

Os trabalhadores-entregadores nas plataformas – categoria que, hoje, pode englobar motoboys, bikeboys e motoristas – tornaram-se a representação do processo de uberização no Brasil e no mundo. Transformaram-se também na representação de novas formas de organização coletiva e de resistência, utilizando as próprias tecnologias de controle do trabalho, impostas pelas plataformas, para tentar barrar ou minimizar a precarização de suas condições de trabalho. Em publicação do projeto *Platform Labor* da Universidade de Amsterdam, dedicado ao trabalho plataformizado na Europa e nos Estados Unidos, há registro de trabalhadores que construíram um *software* de engenharia reversa para, coletivamente, acumular dados que pudessem esclarecer como é estipulado o preço e a avaliação de seus serviços (van Doorn & Badger, 2020).

Na América Latina, ao longo de 2020, os movimentos por taxas de entrega maiores e melhores condições de trabalho se espalharam pela Argentina, Chile, Costa Rica, Equador e Guatemala. Outras pautas sobre transparência nos preços, nas avaliações e nos bloqueios também foram adicionadas aos protestos e denúncias desses trabalhadores em nosso continente. Em agosto de 2020, a Agrupación de Trabajadores de Reparto (ATR), que reúne trabalhadores da Argentina, Brasil, Costa Rica, Chile, do Equador, México e Reino Unido, lançou a *Declaración Internacional de Repartidores*, denunciando os ganhos dessas empresas-aplicativo aos custos de retrocesso nas condições de milhões de trabalhadores no mundo. Essa declaração buscou marcar uma unidade internacional entre os trabalhadores que vivenciam essas condições (Paixão, 2020).

No Brasil, as organizações dos trabalhadores uberizados também trouxeram as contradições do trabalho nas plataformas para o debate público mais amplo, com a construção de uma rede de comunicação utilizando mídias sociais como Instagram e Facebook e aplicativos de mensagens como Whatsapp e Telegram. Do movimento on-line emergiu a movimentação off-line, para fora das plataformas digitais em uma paralisação sem precedentes em nosso continente e em nosso país.

Em 1º de julho de 2020, ocorreu o primeiro Breque dos Apps, freando significativamente as entregas em ao menos 13 estados (Marin, 2020). Por meio das redes sociais, os entregadores pediram apoio popular para que fosse diminuído o número de pedidos de entrega naquele dia e para que os consumidores avaliassem mal essas empresas, utilizando as próprias formas de avaliação desses aplicativos.

Essa movimentação transnacional trouxe a reação tanto das próprias plataformas como na defesa dos aplicativos feita por João Sabino (2020), *head* de políticas públicas da iFood, em artigo na *Folha de S.Paulo*. Em relação à classe política, foi divulgado o Projeto de Lei (PL) nº 3.748 de 2020, de autoria da deputada federal Tabata Amaral (Partido Democrático Trabalhista) e de mais oito outros deputados, que prevê o aprofundamento, o alargamento e a legalização da uberização, regularizando o “trabalho sob demanda”. O PL – que, durante a escrita dessas linhas, está no aguardo do despacho do presidente da Câmara dos Deputados – não se restringe aos trabalhadores de entregas, mas amplia a noção de trabalho sob demanda para todos os trabalhadores inscritos em plataformas digitais, possibilitando a contratação por pessoa física ou jurídica desses trabalhadores, desde que feita a partir das plataformas.

É importante registrar ainda que as reações e o lobby das empresas-aplicativo têm se mostrado mais agressivos para o embate e desmantelamento de ações coletivas desses trabalhadores, utilizando estratégias já implementadas por multinacionais desde muito. A espionagem contra trabalhadores organizados, utilizada por empresas como Fiat e Volkswagen no período de ditadura civil-militar, aparece renovada em contratações de “analistas de inteligência”, em setores chamados de “operações de segurança e espionagem industrial”, por exemplo, na Amazon (Day, 2020). Acordos escusos com sindicatos também estão entre essas estratégias. Na Itália, a AssoDelivery – uma coalizão de empresas-aplicativo que inclui Uber, Deliveroo, Glovo, JustEat, entre outros – estabeleceu um acordo com a Unione Generale del Lavoro (UGL), um sindicato afiliado à extrema-direita no país, para impor a visão dessas empresas sobre o que deve ser a proteção dada aos trabalhadores, sem ter de considerá-los empregados formais (Riders Revolt, 2020).

Essas ações e reações seguem se desenrolando e, por compreendermos sua centralidade nas formas contemporâneas de trabalho, pensamos que merecem registro e análise. Como anunciamos mais acima, neste artigo registraremos o desenrolar desse movimento dialético a partir da organização coletiva Entregadores Antifascistas, fundada no início de junho de 2020 nas ruas de São Paulo. Antes de partirmos para nossas análises, é importante reforçarmos que a escolha por uma organização nascida na capital paulista deu-se pela representatividade do Sudeste no número de trabalhadores por aplicativo nessa região: estima-se que quase metade daqueles que trabalham em plataformas residam na região Sudeste (Uchôa-de-Oliveira, 2020a). Além disso, o líder que deu início a esse movimento é paulistano, e a formação dessa rede deu-se de São Paulo para as demais regiões do país.

Entregadores Antifascistas: trabalhar e fazer política com a *bag* nas costas

Em março de 2020, as inscrições para realizar entregas por aplicativos dobraram. Com o início das regras de distanciamento físico em decorrência da pandemia do covid-19, a movimentação das pessoas ficou restrita e os serviços de entrega cresceram e se tornaram essenciais para o cumprimento dessas regras. Nesse período, o número de entregadores que atende a supermercados cresceu cinco vezes e várias plataformas incluíram, entre seus serviços, o atendimento a farmácias, lojas de conveniência e *pet shops*. O aplicativo iFood registrou, apenas em março de 2020, 175 mil novos “prestadores de serviço” disponíveis para atuar como entregadores. Esse número de inscrições correspondeu ao dobro das inscrições realizadas no mês anterior (Uchôa-de-Oliveira, 2020a).

Com o início da quarentena como medida sanitária imprescindível para prevenir a proliferação descontrolada do covid-19, o aumento exponencial do desemprego e a diminuição das jornadas de

trabalho e do salário de milhões de brasileiros, forma-se um cenário de aprofundamento das condições precárias de trabalho (Antunes, 2020). A esse cenário juntam-se outros acontecimentos políticos e sociais que fortalecem a pauta da luta pela democracia, entendida como a comunhão de movimentos, como as lutas antirracista e antifascista. No início de junho de 2020, protestos mobilizados por estudantes, pelos movimentos negros, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e por torcidas organizadas tomaram as ruas das maiores capitais do país para um posicionamento contra o fascismo do atual Governo Federal e a favor da democracia, no enfrentamento das ameaças de golpe perpetradas pelos apoiadores do governo (Mammi, 2020).

A complexidade desse cenário se transforma em gatilho para mais protestos e denúncias dos entregadores que, embora não surjam na pandemia, ganham o debate público com mais força e trazem à tona a necessidade de pensar e discutir as transformações que vivemos como sociedade, demarcando as desigualdades e as injustiças que sustentam essa mesma vida social. A visão panorâmica sobre esses acontecimentos mostra a mistura que faria surgir o Movimento dos Entregadores Antifascistas: a ação política dessa categoria de trabalhadores uberizados (Figura 1).

Figura 1: Postagem do dia 5 de junho de 2020



Fonte: Perfil @entregadoresantifascistas no Instagram.

Podemos explicar esse surgimento em dois atos. O primeiro deles se desenrola em 22 de março de 2020, quando Paulo Roberto da Silva Lima, motoboy há mais de doze anos, é bloqueado sem justificativas pela empresa-aplicativo Uber Eats. De acordo com Galo – apelido pelo qual o Paulo é conhecido –, na noite anterior o pneu de sua moto havia esvaziado, impedindo-o de completar a entrega que faria. Ele chegou a notificar o aplicativo e questionar sobre a possibilidade de bloqueio. Apesar da Uber Eats garantir que não haveria bloqueio, na manhã seguinte, dia do seu aniversário, o Galo foi bloqueado. Esse primeiro ato é importante, pois é a partir dele que o Galo busca denunciar nas redes sociais as condições de trabalho que enfrenta e as poucas possibilidades de negociação como “parceiro” das plataformas. Nesse mesmo período, ele criou um abaixo-assinado para exigir que os aplicativos disponibilizassem equipamentos de higiene e alimentação para os entregadores. O documento chegou a contar com mais de 550 mil assinaturas, e as denúncias ganharam espaço em mídias independentes como The Intercept Brasil.

Porém, é no segundo ato que o Galo ganha ainda mais visibilidade e se estabelece como referência e liderança de uma agitação. Com os protestos de junho de 2020, ele volta a estar em evidência nas mídias e redes sociais quando seu discurso sobre as condições de trabalho dos entregadores, durante um dos protestos pró-democracia no Largo da Batata, em São Paulo,

é enormemente compartilhado, também pelas mídias mais tradicionais e de maior circulação no Brasil. Depois desse discurso, o Galo foi percebido como porta-voz das pautas dos entregadores e como líder social. Com uma retórica objetiva, desenvolvida na sua formação política no movimento Hip Hop e por seu desejo de ser rapper, o Galo “cant[ou] para o trabalhador acordar”, como nos explicou em entrevista concedida em 25 de junho de 2020 (Galo, 2020). Uma semana após essa cantoria, Galo e mais 29 trabalhadores começaram o Movimento dos Entregadores Antifascistas na cidade de São Paulo.

As pautas do movimento estão ligadas a três aspectos. O primeiro deles é o de estar nas ruas vivenciando a contradição de trabalhar em um serviço invisibilizado e altamente precarizado, porém considerado essencial em meio à pandemia. Um segundo aspecto é o encontro nas ruas com os movimentos sociais em protestos pela defesa da democracia, reunindo na ideia desta defesa os ideais de igualdade, dignidade e justiça social. O terceiro aspecto que destacamos é a reivindicação de direitos sociais básicos, como saúde e segurança alimentar. Esses três aspectos estão sintetizados na fala do Galo durante a entrevista publicada pelo The Intercept Brasil em 10 de junho de 2020: “E a gente não vai conseguir gritar fome se a gente não puder gritar, certo? E democracia garante o seu direito de gritar, garante o seu direito de ser ouvido” (Drable, 2020).

A partir do segundo Breque dos Apps, em 25 de julho de 2020, é possível indicar que o movimento toma força em várias cidades para além da capital paulista, chegando a Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Curitiba (PR). As representações em cada estado podem ser acompanhadas pela criação de outras páginas na rede social Instagram com a utilização do nome do movimento e da sigla dos estados (@entregadoresantifascistasrj, por exemplo). Os meses de junho, julho e agosto de 2020 mostraram a maior atividade dos Entregadores Antifascistas, com postagens e repostagens (compartilhamento de postagens de outras páginas e usuários) quase que diárias, indicando a agenda de discussão e as ações propostas pelo movimento.

Destacamos os dias 1, 24 e 25 de julho, assim como o dia 7 de agosto, como os de maior atividade do movimento na rede social. Em julho, os dias mencionados antecederam os de paralisação, e a movimentação na rede social deu-se para a divulgação da agenda para o Breque dos Apps e para compartilhamento das pautas, além do pedido de apoio da população para a causa. Nesses dias, há o compartilhamento de diversos vídeos-denúncia, *cards* com palavras de ordem e frases, desenhos, montagens e charges que expressam as pautas e denunciam as condições de trabalho vivenciadas pelos entregadores. Ressaltamos que no segundo Breque dos Apps a ênfase na categoria de entregadores, mais do que na de motoboys, indica a preocupação em reconhecer e incluir os bikeboys nesse movimento. Já em agosto, o dia 7 se destacou no apoio ao entregador Mateus Pires Barbosa, pelas humilhações e agressões verbais racistas feitas por Matheus Almeida Prado Couto, registradas em vídeo, no qual Matheus afirma que o entregador tem “inveja” de sua cor. Na rede social do movimento, esse vídeo tem mais de 86 mil visualizações.

No início de julho, também houve a criação de um fundo de solidariedade para o movimento. A ideia era realizar um cadastro de trabalhadores que necessitassem de auxílio em decorrência de acidentes ou adoecimento e arrecadar dinheiro em um financiamento coletivo para assegurar esses sujeitos. É possível acompanhar esse anúncio nas postagens dos dias 8 e 9 de julho, em que o cadastro foi divulgado e a arrecadação foi iniciada. Nessas postagens, os Entregadores Antifascistas reforçam a ideia da solidariedade entre os trabalhadores, afirmando que “ser[ão] sua própria rede de apoio”, em frases como “nós por nós” e “solidariedade e paz entre nós”.

A partir desse apanhado geral do movimento, nas próximas linhas passamos a focar em três tópicos os temas que indicamos serem fundamentais para a compreensão da agitação e movimentação coletiva desses trabalhadores. São eles: 1) a precarização e seu aprofundamento na pandemia; 2) o empreendedorismo funcionando para a precarização do trabalho dos entregadores; e 3) o encontro da política com o trabalho dos entregadores.

Pandemônio e pandemia

“Antes da pandemia, a gente já vivia o pandemônio!”, anuncia o post de 14 de julho de 2020, no perfil do movimento (Figura 2). A agitação e os movimentos, que surgem com mais força desde 2015, denunciam as condições inseguras e precárias desses trabalhadores ao redor do mundo. As paralisações, os protestos e as tentativas de organização coletiva têm sido documentadas por pesquisadores e pelos próprios trabalhadores em suas redes e por movimentos sociais que os acompanham.

Figura 2: Postagem do dia 14 de julho de 2020



Fonte: Perfil @entregadoresantifascistas no Instagram.

O ano de 2015, sobretudo para a América Latina, torna-se um ponto de inflexão, com a contração cíclica que demarca o fim de um período de crescimento econômico em nível mundial. O pandemônio gerado pelas empresas-aplicativo nos mundos do trabalho passa a ser denunciado com mais força, já que o retorno financeiro imediato e a imagem de empreendedor de si mesmo começam a desmoronar. Ao longo da década de 2010, a chegada das empresas-aplicativo foi sustentada pelo capital financeiro – por bancos como o Softbank –, trazendo para o trabalhador digital um ganho monetário e material imediato, além da possibilidade de um trabalho “sem patrão”, em que o trabalhador faz sua própria rotina com “autonomia” e “independência”. A contração cíclica de 2015 fez com que esses retornos imediatos cessassem (van Doorn & Badger, 2020).

É nesse sentido que a precarização do trabalho dos ditos “parceiros” das empresas-aplicativo – considerados “agentes livres” na economia para fazerem seu tempo de trabalho e seu ganho financeiro – se aprofunda. No Brasil, esse aprofundamento pode ser traduzido no grito “Fome!” que o movimento dos Entregadores Antifascistas escolheu como principal chamada para o primeiro Breque dos Apps. O movimento destacou em suas ações a fome e a insegurança alimentar como pauta de reivindicação, questionando: “Você sabe o quanto é tortura um entregador com fome tendo que carregar comida e o logo deles nas costas?”, em postagem no dia 23 de junho de 2020. A inclusão da pauta da fome dos entregadores e de suas famílias apresenta o nível de precarização a que esses trabalhadores estão sujeitos. A luta dos trabalhadores uberizados é a luta pela sobrevivência no nível mais elementar, o orgânico.

O depoimento do Galo no documentário curta-metragem *Pandelivery: quantas vidas vale o frete grátis?* (Pandelivery, 2020) explica a precarização a que esses trabalhadores estão expostos:

O motoboy trabalha o dia inteiro com fome, carregando comida – que deve ser uma tática de tortura no Oriente Médio, em Guantánamo, você deixar o prisioneiro com fome e um prato de comida na frente dele. Então, se o motoboy... o entregador, ele trabalha com fome carregando comida como que tá a sanidade mental desse cara?

Os direitos à comida e à saúde se integram nas pautas desse movimento para a formação de uma luta por direitos sociais básicos: “A gente só pede o básico do básico para o ser humano viver bem”, o Galo explica em entrevista concedida ao UOL em 11 de junho de 2020 (Rodrigues, 2020). Isso vai além do aumento do ganho monetário e do controle sobre a atividade que o trabalhador exerce. Trechos do depoimento do Galo no curta-metragem mencionado demonstram a luta para sobreviver, já posta antes da pandemia:

Eu tenho duas grandes preocupações fortes na minha vida, mano: não morrer de corona, não morrer de fome... Você cai, a moto quebra ali, você machuca a perna, você dá um jeito de continuar trabalhando por que você vai encostar como? Você dá um jeito ali, você remenda a moto, você se remenda e continua trabalhando (Pandelivery, 2020).

O nível de precarização a que se chega no processo de uberização faz com que trabalhadores, pesquisadores e estudiosos do trabalho levantem a hipótese de que vivemos uma fase regressiva nos mundos do trabalho. O processo de uberização se torna uma experimentação que articula informalidade, precarização e flexibilidade, remetendo à exploração do trabalho nos moldes dos primórdios da Revolução Industrial, na fase de acumulação primitiva do capital. Haveria agora uma fase de “desantropomorfização do trabalho”, intensificando a sujeição do trabalhador à maquinaria digital e informacional (Antunes, 2020).

O empreendedorismo funciona para a precarização

Aprofundamos em outro espaço (Uchôa-de-Oliveira, 2020b) o argumento de que o empreendedorismo organiza e governa as várias formas precárias de trabalho em que os trabalhadores já se encontravam. Em nossa perspectiva, o empreendedorismo corresponde a um dispositivo de governo neoliberal formulado na urgência histórica da crise do emprego do final do século XX, na pós-reestruturação produtiva. Trata-se de uma resposta a uma crise de governo. Sendo o emprego não mais possível nem possibilitado, o empreendedorismo emerge como articulador das várias outras formas de trabalhar, por dentro e por fora da noção do emprego, agora sob a valorização do risco e do precário na condução de si e dos outros, conforme a racionalidade neoliberal.

No contexto latino-americano, o empreendedorismo governamentaliza a criação de trabalho e a gestão da sobrevivência: o bico, a viração, a correria são agora as formas incentivadas e predominantes de trabalhar. O desempregado passa a ser o potencial empreendedor (Figura 3). Ou, nas palavras do Galo apresentadas no curta-metragem *Pandelivery* (2020) já mencionado aqui, “O Brasil tem uma fábrica de pessoas que tá precisando, mano. Os aplicativos sabem disso, ‘morou?’”.

Figura 3: Postagem do dia 15 de julho de 2020



Fonte: Perfil @entregadoresantifascistas no Instagram.

Além disso, há uma aderência e, sobretudo, uma disposição em pensar-se empreendedor, em imaginar-se como aquele que assume os riscos e que faz sua história por si mesmo. Esse imaginar-se possui um funcionamento, especialmente se o colocarmos em perspectiva nas sociedades excludentes e desiguais da América Latina. As desigualdades e as injustiças sociais são organizadas como que em uma provação com o objetivo de forjar uma sociedade empreendedora para a superação dessas mesmas desigualdades e injustiças. Em trechos de uma das entrevistas concedidas à agência de notícias The Intercept Brasil, citada em linhas anteriores, o Galo indica essa aderência de parte dos entregadores ao empreendedorismo e a relaciona com as desigualdades sociais, principalmente as relativas à questão racial, que marcam a vida desses trabalhadores:

Tem uns cara que é mentiroso, Tiozão. Quer fazer você acreditar que é empreendedor. Para falar, tipo assim, você é o escravo da casa grande e você é o escravo da senzala. Cata o da senzala e bota aqui na casa grande que ele vai achar que ele é branco, entendeu? Então cada um e fala que ele é empreendedor...

Eu falo assim: “companheiro, eu tô numa luta de comida”. [E me respondem:] “Comida? Você tá tirando nós é de passar fome, irmão!”. Aí é que eu entendo que essa ideia de empreendedorismo pegou mesmo (Drable, 2020).

Em outras palavras, pensar-se empreendedor produz um determinado potencial para se tornar um, utilizando as marcas das desigualdades e injustiças sociais para fazer funcionar essa potência. A busca por ser outra coisa que não o escravizado acaba por se mostrar uma espécie de recurso compensatório, necessário para suportar o cotidiano atravessado por tantas adversidades. Compreender esse recurso compensatório não é o mesmo que celebrá-lo; antes, é uma forma de pensarmos (e não dispensarmos) as experiências daqueles e daquelas que fazem uso dos discursos e das práticas empreendedoras.

Fazer política com a *bag* nas costas

“Acredito muito no que eu estou fazendo agora, que é política de rua”, é assim que o Galo explica o que faz no movimento e os objetivos que delineiam as ações do coletivo. Para os Entregadores Antifascistas, a política é a ferramenta do trabalhador e a rua é o espaço onde se faz funcionar tal ferramenta (Figura 4). Aqui, identificamos o encontro da política com o trabalho, seguindo o que nos ensina Cris Fernández Andrada (2009). No caso dos entregadores, há literalidade nesse encontro: eles estavam e estão efetivamente nas ruas, nos protestos em defesa da democracia; encontraram-se no corpo a corpo das marchas em defesa de poder gritar sobre suas condições precárias de trabalho e de vida; trouxeram para o espaço público suas experiências de precariedade e insegurança psicossocial, compartilhando esses sentidos e transformando-os em significados comuns para a luta coletiva.

Para esse grupo de trabalhadores uberizados, a rua se tornou “*fonte* – tanto no sentido de origem quanto de constante renovação – justamente [d]aquilo que lhes foi ou lhes é comum” (Andrada, 2009, p. 251). A experiência de trafegar nas margens da economia urbana, de estar nas periferias das grandes cidades e do imperativo da sobrevivência configuram-se como a realidade compartilhada que, apesar da pluralidade de experiências individualizadas, estabelece uma comunidade. O trabalho no espaço urbano, em condições precárias e inseguras, passa a ser a experiência coletiva de uma multidão de trabalhadores. É nas ruas em que se partilha “uma condição social comum” (Andrada, 2009, p. 251).

Figura 4: Postagem do dia 24 de junho de 2020



Fonte: Perfil @entregadoresantifascistas no Instagram.

O encontro nas ruas com aqueles que gritavam por democracia fez emergir e fortalecer o espaço público compartilhado, estabelecendo a possibilidade de um “livre debate de pontos de vistas entre iguais”. Trata-se do encontro desses trabalhadores com a “dinâmica viva da *democracia direta e participativa*”, em um “processo de educação política”, em uma via de mão dupla. A experiência de estar nas ruas gritando por democracia, para poder gritar por direitos básicos, torna-se “continente para a construção de significados e projetos coletivos, em um claro exercício de política” (Andrada, 2009, p. 256).

Nesse continente reinventado, os Entregadores Antifascistas vão ao encontro de outras categorias, utilizando o comum do processo de uberização para reunir a “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 1999). O movimento tem conseguido diálogos com outras categorias, como a dos carteiros, demonstrando que a uberização também é colocada como o futuro para essa classe. “Eu sou você amanhã” foi o título dado a uma conversa entre o Galo, como liderança dos entregadores, e o Jacó, carteiro e membro do Coletivo Sindical e Popular Travessia, em 23 de agosto de 2020. As iniciativas atreladas ao cooperativismo e à economia solidária, já estabelecidas por outras categorias de trabalhadores – como a dos recicladores –, se somam às reinvenções desses trabalhadores uberizados, não somente como possibilidade de reorganização do trabalho, mas como fonte de ferramentas para a luta política.

Os sindicatos e as representações de classe, espaços tradicionais da luta política no fordismo, tornam-se obsoletos justamente por tratarem daquilo que a classe trabalhadora não mais encontra: o emprego. Tornam-se espaços que não acompanham a pluralidade e não endereçam efetivamente o comum da classe-que-vive-do-trabalho. O imediatismo do trânsito daqueles que vivem nas margens da economia urbana também não consegue respostas dessas tradicionais formas de representação. Nesse sentido, o desafio para essas organizações é o de acompanhar a polimorfia do trabalho, isto é, é dispor-se a compreender “uma classe trabalhadora que se reduz em vários segmentos [no emprego] e se amplia em outros simultaneamente; que é muito mais segmentada, heterogênea, com clivagens de gênero, raça e etnia...” (Antunes, 2020, p. 17).

Considerações finais

Argumentamos em outro espaço que a PST deve se debruçar sobre o trabalho plataformizado, compreendendo sua centralidade nos mundos do trabalho de nosso tempo. É preciso que nós, psicólogos sociais e psicólogos sociais do trabalho, resgatemos as formas de coletivizar o pensamento junto aos trabalhadores. É preciso que estejamos atentos às suas mobilizações, especialmente neste tempo de distanciamento físico. Torna-se crucial que os psicólogos sociais e sociais do trabalho contribuam com a compreensão dessa temática, identificando os impactos psicossociais dessas novas modalidades e as possibilidades de resistência e de organização coletiva das massas de trabalhadores uberizados. Este artigo é uma tentativa de darmos mais um passo nessa compreensão.

Acompanhar a emergência e o desenvolvimento de movimentos de trabalhadores no enfrentamento à uberização nos mundos do trabalho possibilita identificar e compreender, por um lado, as tendências que se apresentam como o futuro imediato do trabalho em nossa sociedade e, por outro, as formas de resistir reinventadas pelos trabalhadores. Esses modos de resistência acompanham estratégias que se caracterizam pelo desprendimento das instituições de representação coletiva mais tradicionais e pela utilização subversiva dos próprios instrumentos da uberização – as tecnologias digitais e informacionais – na luta por melhores condições de trabalho.

Para além dessas tentativas de compreensão, é preciso lançar questões para o debate público, assim como faz Ricardo Antunes (2020) ao perguntar:

Que melhorias humano-sociais teremos com as práticas desenvolvidas pela Amazon e pela Uber, ambas com um leque de operações-padrão que vai desde a exploração e espoliação ilimitadas da força de trabalho até a extinção completa do trabalho humano, a exemplo dos carros sem motoristas presentes no projeto da “Uber do Futuro”, ou ainda nas lojas da Amazon, já existentes nos Estados Unidos, que funcionam sem trabalhadores e trabalhadoras? (p. 15).

O que essas formas de trabalho, a partir da utilização das tecnologias digitais e de informação, trazem de positivo para a maioria daqueles que vivem do trabalho? Está demonstrado que elas trazem o imperativo da sobrevivência e o encurralamento como referências para o (auto)governo das massas de trabalhadores. O pandemônio transparece como o signo da uberização. Porém, o que parece ainda (ou sempre?) em disputa é a possibilidade de subverter essas referências. À PST cabe a tarefa de, junto aos trabalhadores, inverter esse signo, persistindo no aprendizado de que a luta “não é miojo, não fica pronta em 5 minutos” (Entregadores Antifascistas, 2020).

Referências

- Abílio, L. C. (2020). Uberização: A era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, 34(98), 111-126. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>
- Abílio, L. C., Almeida, P. F., Amorim, H., Cardoso, A. C. M., Fonseca, V. P., Kalil, R. B., & Machado, S. (2020). Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a COVID-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 3. <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v.74>
- Andrada, C. F. (2009). *Encontro da política com o trabalho: Um estudo psicossocial sobre a autogestão das trabalhadoras da Univens*. Abrapso Sul.
- Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo.
- Antunes, R. (Org.). (2020). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. Boitempo.

- Bastos, J. A. (2019). *Servidores, funcionários, terceirizados e empregados: a babel dos vínculos, cotidiano de trabalho e vivências dos trabalhadores em um serviço público* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório institucional da USP <https://doi.org/10.11606/T.47.2019.tde-10092019-154435>
- Braun, V., & Clarke, V. (2008). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Castro, M. F. (2010). *Os motoboys de São Paulo e a produção de táticas e estratégias na realização das práticas cotidianas* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório institucional da USP <https://doi.org/10.11606/T.47.2010.tde-09022011-111013>
- Coutinho, M. C., Bernardo, M. H., & Sato, L. (2018). *Psicologia social do trabalho*. Vozes.
- Davies, W. (2014). Neoliberalism: A bibliographic review. *Theory, Culture & Society*, 31(7-8), 309-317. <https://doi.org/10.1177/0263276414546383>
- Day, M. (2020, 13 de setembro). Empresas como Amazon contratam espíões para reprimir formação de sindicatos o tempo todo (R. Grohmann & L. Milanez, Trans.). *Jacobin Brasil*. <https://jacobin.com.br/2020/10/empresas-como-amazon-contratam-espioes-para-reprimir-formacao-de-sindicatos-o-tempo-todo/>
- Drable, L. (2020, 10 de junho). Conheça Paulo Lima, o entregador de aplicativo antifascista que organiza a categoria. *The Intercept Brasil*. <https://theintercept.com/2020/06/10/entregadores-antifascistas/>.
- Entregadores Antifascistas [@entregadoresantifascistas]. (2020, 20 de junho). *A luta não é miojo!* [Publicações]. Instagram. https://www.instagram.com/entregadores_antifascistas/
- Galo, P. (2020, 25 de junho). *Papos de trampos: Entregadores antifascistas* [Vídeo]. TraMPoS USP. <https://www.youtube.com/watch?v=fevQcndflw&t=251s>
- Grohmann, R., & Qiu, J. (2020). Contextualizando o Trabalho em Plataformas. *Contracampo*, 39(1). <https://periodicos.ufr.br/contracampo/article/download/42260/23968>
- Lei nº 13.467, de 7 de julho de 2017. (2017, 7 de julho). Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm
- Mammi, A. (2020, 7 de junho). Antifascismo e antirracismo: Os atos em meio à pandemia. *Nexo*. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/07/Antifascismo-e-antirracismo-os-atos-em-meio-%C3%A0-pandemia>
- Marin, P. (2020, 24 de julho). 'Breque dos apps' é movimento mais importante em meses. *Revista Opera*. <https://revistaopera.com.br/2020/07/24/breque-dos-apps-e-movimento-mais-importante-em-meses/>
- Moraes, T. D. (2008). *Coletivo de trabalho e atividade de motoboys* [Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Tese e Dissertações da Uerj. <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/15062>
- Paixão, F. (2020, 14 de agosto). *Cómo se organizan y protestan los repartidores de aplicaciones en Argentina*. Brasil de Fato. <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/14/como-se-organizan-y-protestan-los-repartidores-de-aplicaciones-en-argentina>
- Pandelivery (2020, 15 de outubro). Pandelivery: *Quantas vidas vale o frete grátis?* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=gwL9QdS7kbA&feature=youtu.be>
- Ribeiro, G. F. (2020, 30 de julho). *Fim da briga? Uber inclui categoria de táxis pela 1ª vez no app do Brasil*. UOL. <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/07/30/fim-da-briga-uber-inclui-categoria-de-taxis-pela-1-vez-no-app-do-brasil.htm>
- Riders Revolt. (2020, 17 de setembro). *Deliveroo and UberEats in Italy have signed a collective agreement with far-right linked union, UGL* [Atualização de status]. Facebook. https://www.facebook.com/permalink.php?id=107144787350017&story_fbid=391873632210463
- Rocha, C. (2020, 30 de junho). 'Toda nova forma de dominação traz novas formas de resistência'. *Nexo*. <https://bit.ly/3fzYi9r>

- Rodrigues, Paula (2020, 11 de junho). *Entregadores Antifascistas: Paulo Galo Lima quer comida e melhores condições de trabalho para o grupo*. Ecoa UOL. <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/lider-dos-entregadores-antifascistas-paulo-galo-lima-quer-comida-e-melhores-condicoes-de-trabalho-para-o-grupo/>
- Sabino, J. (2020, 26 de julho). Sobre oligopsônios e entregadores, alguns números. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/06/sobre-oligopsonios-e-entregadores-alguns-numeros.shtml>
- Sato, L. (2017). Diferentes faces do trabalho no contexto urbano. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo, & L. Sato (Orgs.), *Psicologia social do trabalho* (pp. 151-174). Vozes.
- Silva, R. B. (2009). *Os motoboys no globo da morte: Circulação no espaço e trabalho precário na cidade de São Paulo* [Dissertação de mestrado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo]. Repositório institucional da USP. <https://doi.org/10.11606/D.8.2009.tde-04022010-162337>
- Slee, T. (2019). *Uberização: A nova onda do trabalho precarizado* (J. Peres, Trad.). Elefante.
- Thébaud-Mony, A., & Druck, G. (2007). Terceirização: A erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In G. Druck & T. Franco (Orgs.), *A perda da razão social do trabalho: Terceirização e precarização* (pp. 23-58). Boitempo.
- Uchôa-de-Oliveira, F. M. (2020a). *Somos todos empreendedores? A demanda empreendedora como dispositivo de governo neoliberal* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório institucional da USP. <https://doi.org/10.11606/T.47.2020.tde-09072020-161211>
- Uchôa-de-Oliveira, F. M. (2020b). Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 45. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000012520>
- van Doorn, N. , & Badger, A. (2020). Platform capitalism's hidden abode: Producing data assets in the gig economy. *Antipode*, 52(5), 1475-1495. <https://doi.org/10.1111/anti.12641>

Endereços para correspondência

flaviauchoa@id.uff.br

juliano.bastos@upe.br

Recebido em: 07/01/2021

Revisado em: 04/10/2021

Aprovado em: 05/10/2022

